

ESTUDO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO ÂMBITO DO PROJETO OBEDUC/UFPEL

CHRISTIAN MASSERON NUNES¹; ANA RUTZ DEVANTIER², MAIRA FERREIRA³

¹ *Universidade Federal de Pelotas- christian_masseron@yahoo.com.br*

² *Universidade Federal de Pelotas-ana.devantier@gmail.com,*

³ *Universidade Federal de Pelotas- mmairaf@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Políticas de incentivo e de avaliação para a melhoria da qualidade da Educação Básica têm implicado em investimentos públicos para a realização de ações que viabilizem realizar processos de organização da escola e de aprendizagem dos alunos. Entre essas políticas está o financiamento de projetos para o Programa Observatório da Educação, que tem como objetivos, segundo o edital 049/2012, perceber a educação como eixo de investigação, considerando, entre outros, a análise dos indicadores de desenvolvimento escolar, apontados pelas políticas públicas de avaliação.

Este trabalho, realizado no âmbito do projeto Observatório da Educação (OBEDUC) intitulado Interface Universidade e Educação Básica: possibilidades inovadoras e qualidade do ensino, se refere ao subprojeto Análise das Políticas públicas e os impactos na qualidade do ensino na educação básica de Pelotas/RS. Para a realização do estudo exploratório-descritivo, fizemos uma investigação sobre os indicadores referentes a taxas de rendimento escolar e aos índices de aprovação, reprovação e abandono em escolas da rede pública estadual e municipal, nos anos finais do ensino fundamental, da cidade de Pelotas/RS. Tomamos como base os dados referentes ao ano de 2012 disponíveis nos sítios da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Embora não seja suficiente para avaliar a qualidade da educação, consideramos a taxa de rendimento, coletadas no censo escolar, uma importante ferramenta para avaliação sistemática do universo escolar. Como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: é de responsabilidade da União a avaliação do rendimento do ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como a definição de prioridades no que se refere à melhoria da qualidade no ensino (BRASIL, 1996).

O indicador analisado, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é resultante das avaliações do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), cujo valor resulta das avaliações em larga escala e das taxas de aprovação dos alunos, disponibilizadas pelas escolas. Estes índices têm como objetivo a elaboração e aplicação de políticas públicas efetivas.

Com estas informações, o trabalho tem como objetivo analisar os índices educacionais dos anos finais do ensino fundamental, visando levantar dados para o delineamento do estudo que estamos realizando no projeto OBEDUC e que envolve conhecer os contextos das escolas, fazendo parte desses contextos os resultados de indicadores aplicados pelo MEC/INEP.

2. METODOLOGIA

Primeiramente fizemos pesquisa bibliográfica sobre: políticas públicas; métodos de avaliação da educação básica; como essas avaliações interferem na educação; estudamos os programas governamentais para a educação. Fez-se isso para que tivéssemos o conhecimento necessário para futuras pesquisas e questionamentos. Posteriormente, traçamos uma linha de pesquisa, onde passamos a investigar alguns indicadores educacionais (aprovação, reprovação e abandono) do ensino público municipal e estadual – anos finais do ensino fundamental, do município de Pelotas/RS.

Pesquisamos os dados em sítios como: Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com as informações levantadas, organizamos tabelas para a realização de análises e como fonte para o desenvolvimento dos demais subprojetos do Projeto OBEDUC. Nas tabelas, as escolas foram organizadas em dois blocos, estaduais e municipais, e, em cada situação, foram divididas em faixas amostrais variando do menor ao maior resultado do IDEB. Após procedemos uma análise descritiva dos resultados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação é direito de todos, logo podemos dizer que é dever do estado ofertar educação de qualidade e assegurar que o indivíduo ingresse na educação básica e a conclua no tempo estipulado. Conforme previsto na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1996)

No Brasil esta qualidade tem sido avaliada por indicadores como, por exemplo, o IDEB. O cálculo do IDEB é feito em função do fluxo escolar (percentual que varia de 0 a 1) e da média de desempenho nas avaliações em larga escala (percentual que varia de 0 a 10). O indicador é calculado, então, a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho das avaliações do Inep: o SAEB (para as unidades da federação e para o país) e a Prova Brasil (para os municípios).

Nesta base, o IDEB se tornou uma referência para estudos na área da educação básica. Mesmo sabendo da relevância do IDEB, que é utilizado para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) para a educação básica (Fonte: MEC/INEP 2011), ressaltamos que pode ser equívoco pensar que apenas seus resultados podem ser indicadores para conduzir políticas públicas em prol da qualidade da educação.

Trazemos essa reflexão para demonstrar que, mesmo fazendo levantamento dos índices, não consideramos que os resultados apresentados na sequência sejam suficientes para analisar o contexto da escola e, portando, a sua qualidade. Para Cossio e Kuss (2012) as provas que avaliam a qualidade do ensino não a avaliam qualitativamente e sim quantitativamente, pois não levam em consideração o processo de aprendizagem dos alunos. Apesar disso, sabemos que esses indicadores falam sobre os processos de ensino e devem ser considerados em análises sobre a educação escolar.

Apresentamos a seguir o levantamento que fizemos sobre os índices do IDEB para 52 escolas municipais e 36 escolas estaduais:

Tabela 1: Relação da taxa de desenvolvimento das escolas estaduais

ESCOLAS ESTADUAIS				
IDEB 2,1-2,9				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
A	589	40,6	33,9	15,2
B	488	52,3	41,3	6,4
C	399	58	32,8	7,3
IDEB 2,9-3,8				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
D	632	65,3	29,9	2,4
E	470	60,8	34,2	3,8
F	525	68,7	29,5	2,3
IDEB 3,8-4,6				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
G	599	81,5	17,7	0,6
H	844	81,7	18,3	0
I	177	83,5	16,5	0

Tabela 2: Relação da taxa de desenvolvimento das escolas municipais

ESCOLAS MUNICIPAIS				
IDEB 2,1-3,0				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
K	656	57,1	34,7	8,2
L	715	50,4	32,7	16,9
M	513	61,2	38,8	0
IDEB 3,0-3,9				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
N	629	62,3	26,9	10,8
O	598	71,5	24,1	4,4
P	521	66,5	32,2	1,3
IDEB 3,9-4,8				
Escolas	Número de alunos	Índice de aprovação (%)	Índice de reprovação (%)	Índice de evasão (%)
Q	293	66	32,7	1,3
R	700	68,8	31,2	0
S	151	79,2	20,8	0

Analisando os resultados podemos dizer que: o IDEB é inversamente proporcional aos índices de reprovação e de abandono das escolas, uma vez que se o percentual da evasão e reprovação é maior, o IDEB é menor; o

número de alunos não é determinante para o resultado do IDEB, pois tínhamos a ideia de que quanto maior o número de alunos mais difícil seria a administração da escola e o atendimento das dificuldades dos alunos, o que resultaria em um baixo IDEB, no entanto, vimos que há escolas com número elevado de alunos e com bons índices; notamos também que a localização da escola não interfere nos índices, pois era esperado que escolas de periferia tivessem índices baixos, pelas condições sócio-econômicas, e que isso poderia interferir no aprendizado do aluno, vimos que isso não é uma regra, pois há escolas em bairros da periferia com as taxas de rendimento diferentes.

Fazendo um comparativo entre escolas do município e do estado vemos que as escolas municipais têm melhores índices, atribuímos a isso a proximidade com a administração (prefeito/governador) e a diferença de investimento entre estado e município.

Por fim, percebemos que reunir essas informações é fundamental para a investigação sobre o ensino, a aprendizagem, a formação de professores e o currículo escolar. Vemos nesses dados informações importantes para investigar a escola *in loco*, conhecer sua realidade e pensar práticas de ensino e reestruturações curriculares que melhorem a qualidade desse ensino.

4. CONCLUSÃO

A realização do trabalho nos possibilitou estudar e conhecer os indicadores propostos para avaliar a qualidade do ensino, considerando informações sobre o rendimento escolar e os resultados das avaliações em exames em escala nacional. Possibilitou também pensar que esses indicadores de ordem quantitativa precisam ser complementados com a avaliação qualitativa sobre os contextos das escolas e dos estudantes que a frequentam.

Considerando o aspecto quantitativo, pudemos indicar algumas relações que os dados nos permitiram fazer como a relação entre o valor do IDEB e os índices de reprovação, aprovação e evasão.

O estudo que fizemos até agora nos permitem dizer que há inúmeros fatores que podem influenciar os indicadores que analisamos, e são esses fatores que pretendemos pesquisar no seguimento desse trabalho.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 dezem. 1996. Acessado 20 setem. 2013. Online. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. **Como se calcular o indicador de fluxo**. Portal de IDEB 2011. Brasília: MEC/INEP.

Disponível em: <http://ajuda.portalideb.com.br/knowledgebase/articles/105833-como-%C3%A9-calculado-o-indicador-de-fluxo>. Acessado em 20/09/2013.

CÓSSIO, M. de F. **Avaliação: Concepção e práticas no contexto das políticas educacionais**. KUSS, A. V.; LÜDTKE, R. **O ensino de Biologia no contexto do Programa Novos Talentos/CAPES**. Pelotas: Cópias Santa Cruz Ltda, 2012.

DOURADO, F.L. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007 921